

97_07

dez anos de morar urbano no brasil

nomads núcleo de estudos de habitaes interativos | **usp** universidade de são paulo
nomads@sc.usp.br | www.eesc.usp.br/nomads | t. [16] 3373.8297 f. [16] 3373.9310
a reprodução deste documento é permitida desde que citada a fonte.

I	Apresentação	3
II	Modos de morar	4
III	Perfil demográfico	12
IV	Espaços domésticos	22
V	Créditos	31

dez anos de morar urbano no brasil

COMO CITAR ESSE TEXTO: NOMADS.USP. **97_07: dez anos de morar urbano no Brasil**. Relatório de pesquisa. São Carlos: EESC-Universidade de São Paulo, 2007.



I APRESENTAÇÃO

O presente documento reúne dados e reflexões sobre transformações ocorridas no morar urbano brasileiro nas classes médias, no período entre 1997 e 2007. Em que pesem as dificuldades de se estabelecer comparações entre dados colhidos com metodologias e interesses eventualmente muito diversos, as reflexões contidas nesse documento buscam principalmente qualificar mudanças e recorrências percebidas nos modos de morar da população em questão, relacionando-as igualmente com mudanças e recorrências percebidas no desenho dos espaços de morar e no perfil demográfico de seus usuários. Dada a brevidade deste estudo, preferimos utilizar em prioridade dados produzidos pelo IBGE e pelo próprio Nomads.usp, em suas diversas pesquisas e enquetes.

As considerações aqui apresentadas limitam-se geograficamente a regiões metropolitanas brasileiras, em especial as da região sudeste, onde o Nomads.usp tem concentrado suas medições sobre tendências comportamentais e relações com o habitar. As análises espaciais basearam-se em peças gráficas de habitações produzidas pela iniciativa privada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, constantes da base de dados do Nomads.usp.

O presente estudo atende a uma solicitação do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, por ocasião do décimo aniversário de seu caderno Morar Bem. Esperamos que a divulgação dessas informações estimulem novas reflexões sobre a necessidade de revisão do espaço doméstico de todas as classes sociais em nosso país, originando ações afirmativas.

Nomads.usp, verão de 2007



II MODOS DE MORAR

1 Leituras gerais

Rica ou menos rica, a imensa maioria da população das grandes cidades brasileiras tem se visto confinada em casas e apartamentos cada vez menores, cuja estanqueidade funcional dos cômodos conflita-se com a crescente demanda por privacidade dos membros do grupo doméstico. Quartos de dormir exíguos abrigam mais e mais equipamentos e itens de mobiliário – camas, mesinhas, beliches, armários, mesas de trabalho, *racks* e estantes, além de televisores, aparelhos de som, telefones, eventualmente computadores, talvez conectados à internet –, lista mais ou menos longa segundo o poder aquisitivo e o número dos moradores, confirmando a tendência a uma sobreposição não planejada de funções no espaço doméstico.

O fato é que atividades antes estranhas ao programa doméstico, como o trabalho remunerado, ajudado ou não por equipamentos de transmissão de informação à distância, têm forçado sua entrada em uma estrutura espacial antiga, concebida para um modo de vida que se baseava na assimetria de papéis do modelo familiar nuclear, no qual o pai provedor buscava fora de casa o sustento material da família enquanto a mãe encarregava-se do gerenciamento da esfera privada.

Da mesma forma, algumas atividades antes claramente domésticas têm tendido a deslocar-se para o exterior da habitação, incluindo, muitas vezes, as refeições. É clara a dificuldade de se apropriar de espaços cada vez mais reduzidos utilizando-se mobiliário e equipamentos convencionais, que excluem, portanto, na grande maioria dos casos, a sobreposição ou alternância de funções, provendo suporte apenas às atividades previstas no programa habitacional convencional. Mesmo nos casos em que o projeto arquitetônico prevê dispositivos visando uma possibilidade contínua de reorganização espacial, como divisórias móveis ou removíveis, ou instâncias multi-uso, o resultado é que, ao inserir-se nesses espaços peças de mobiliário convencional, e, portanto, em geral, monofuncionais, o uso do cômodo é fixado, dificultando bastante ou mesmo excluindo-se a possibilidade de realização de novas atividades.

2 Mobiliário & equipamentos

Parte integrante e essencial destes interiores, o mobiliário e os equipamentos não parecem ter uma história muito distinta. Desde a consolidação da noção de função, na Renascença europeia, até hoje, cinco séculos se passaram nos quais a população ocidental acostumou-se a comer em mesas, a sentar-se em cadeiras, a dormir em camas, e os equipamentos de higiene, impulsionados pelas invenções inglesas do final do século XIX, passaram a compor, juntamente com os destinados à preparação de alimentos, a chamada parte fixa da habitação, ligada a redes públicas externas de abastecimento e escoamento.

A olho nu, o que se vê na cena brasileira do *design* de interiores da última década do século XX são estas mesmas peças redesenhadas, abrigando com algum improviso as novas funções propostas pelos novos comportamentos dos usuários: atualizada com traços da moda, é a velha e boa escrivaninha que recebe o computador, enquanto sofás, poltronas e mesinhas se vêm adornados com rodízios que não giram, dada a exigüidade dos espaços que irão mobiliar. Tudo indica que a razão central deste, digamos, descompasso, esteja em um equívoco inicial de projeto: limitando-se a rejuvenescer o *design* de sofás e cozinhas, nossos *designers* não teriam ainda percebido a enorme mudança de costumes em curso, não vendo, portanto, motivos para reestudar certas atividades desenvolvidas no espaço doméstico, como "relaxar", "trabalhar", "isolar-se", "receber", etc..

Algumas produções, é verdade, têm nadado contra esta corrente imposta por um mercado que não quer correr os riscos da inovação. Se, ao que parece, são poucos esses *designers*, o rigor que marca seus produtos é, às vezes, notável. Por um lado, sim, costumam redesenhar sofás, mas também se permitem imaginar outras peças que apenas auxiliem novas maneiras de ocupação dos espaços domésticos. Além disso, privilegiam o emprego de materiais reciclados, ou provenientes de fontes renováveis, ou, ainda, banalmente oferecidos pelo mercado para outros usos, sugerindo uma espécie de *détournement*. O resultado constitui-se, em geral, de peças feitas com materiais baratos, e que acabam tendo seu preço final brutalmente elevado em função da grife que as assina. Em outras palavras, peças concebidas para ser acessíveis a uma parcela maior da população serão apenas encontráveis em algumas das moradias dos mais ricos. No Brasil, o *design* inovador ainda é um artigo de luxo, e, curiosamente, não espelha as referências muitas vezes conservadoras dos poucos que podem comprá-lo. (Tramontano, 2004)

3 Cuidados com o corpo

Uma extrema preocupação com o próprio corpo, sub-produto do individualismo acentua-se à medida em que o grupo familiar perde importância social. No

entender dos incorporadores de imóveis de apartamentos de desde os anos 1970, os cuidados que os moradores destes edifícios gostariam de ter com o corpo estavam associados ao lazer, notadamente ao lazer coletivo.

Cuidados individuais, como o proporcionado por longos banhos de banheira, andavam então em desuso. Banidas dos cômodos de higiene por restrições econômicas e de área, as banheiras tiveram que esperar a segunda metade da década de 1970 para, vestidas com a nova e sedutora roupagem das 'hidromassagens', fazer sua volta triunfal ao espaço doméstico de alto luxo, ainda que confinadas dentro da suíte do casal. Aliás: dentro da suíte da dona da casa, que verá também seu *closet* ser separado do *closet* de seu marido.

Presentes em uma parcela cescente de casas e apartamentos de vários preços, desde 1997, nem por isso essas banheiras passariam a ser mais utilizadas. Externo às tradições e costumes brasileiros, o banho por imersão não parece ganhar a preferência nacional em um país onde, curiosamente, as piscinas conhecem imenso sucesso. É possível que o fator sociabilidade tenha um papel maior do que se imagina nessa desigualdade. Por um lado, os brasileiros adoram brincar e conversar em piscinas, mas não necessariamente nadar nelas, esportivamente falando. Por outro, usar banheiras costuma significar isolar-se do grupo familiar justamente no momento de relaxamento, o que poderia constituir uma incoerência aos olhos de muitos.

No final dos anos 1990, os banheiros também ganham bancadas, armários e prateleiras em lugar das simples pias tradicionais, muito em função de poder conter e expor potes e tubos de cremes, perfumes, escovas, espelhos, acessórios e apetrechos de beleza diversos cada vez mais utilizados pelos moradores. Os espelhos ampliam-se e ganham iluminação artificial mais potente. Em 2007, essas alterações já não são tendências, como em 1997, mas itens correntes das unidades comercializadas para classes A, B e C.

4 Comunicação

Na habitação e fora dela, a comunicação entre os membros do grupo doméstico sofreu mudanças consideráveis nesses dez anos. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu novas compreensões das relações entre espaço e tempo, assim como novas percepções dos limites entre esferas privada e pública. Examinaremos mais atentamente as três mídias que mais parecem ter influenciado a vida doméstica urbana nessa década: a internet, a televisão e a telefonia.

4.1 Internet

Já por volta das décadas de 1950 e 1960, a informatização começara a dar sinais de um desenvolvimento capaz de permitir-lhe suceder à mecanização. Apenas trinta anos mais tarde, a comunicação à distância vê-se já completamente modificada, as noções de deslocamento postas em cheque, enriquecidas com a banalização do conceito de realidade virtual. Diferentemente da sociedade industrial, na qual a população agrupa-se em pólos onde está a informação, na emergente sociedade pós-industrial, como tem sido chamada, a informação é que seria levada aos indivíduos, e o lugar onde eles concretamente se encontram importa pouco (TRAMONTANO, 1998).

Em 1997, a internet comercial tinha apenas três anos, e não mais que 1 milhão de brasileiros estavam oficialmente conectados à rede (IBOPE/NetRatings). Apesar de seu crescimento rápido – teriam sido 100 mil usuários em 1996, segundo a mesma fonte –, o acesso limitava-se a poucas pessoas, em função do alto custo tanto dos equipamentos quanto da conexão, em geral por linha telefônica discada. Em 2006, estimou-se em 30 milhões o número de usuários no Brasil, considerando-se todas as freqüências de acesso¹ (CGI, 2006).

Legislação de isenção de impostos, variações na economia, alterações no setor das comunicações, diversas razões foram facilitando o acesso aos computadores e à conexão nesses dez anos, permitindo a ampliação do número de usuários. Desde 1997, o aumento gradual no número de usuários da rede tem se concentrado nas chamadas classes A e B, e mais recentemente na classe C.

Em 1997, os usuários da rede eram predominantemente homens, com uso bastante vinculado ao mundo dos negócios e pouca presença em domicílios. Em geral, a comunicação mediada da casa com o mundo exterior fazia-se via televisão, rádio e telefone, fixo em sua imensa maioria.

As facilidades de acesso e a diversificação de conteúdos ajudaram a alterar o perfil de usuários. As mulheres passaram a ter uma participação quase equivalente à dos homens, atingindo 45% em 2007. Adolescentes passam a utilizar ativamente a rede para comunicar-se com amigos, estimulando o surgimento de diversos sites de comunicação, nacionais e internacionais (*Orkut, messengers, blogs, etc.*). Esse acesso costuma fazer-se predominantemente de casa: em 2006, 40,67% dos adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos que acessam a rede, o fazem a partir de suas casas. (CGI/Nomads.usp, 2006)

¹ heavy users e eventuais.

O aumento do número de computadores pessoais, muitos localizados nos quartos de dormir, permite comunicar-se às vezes mais facilmente com pessoas extra-grupo do que com parentes próximos. Fala-se com desenvoltura de coisas íntimas com pessoas desconhecidas que no entanto parecem íntimas, e eventualmente o são, mais do que com irmãos que dormem no quarto ao lado. Ainda que na maioria dos casos, essas relações permaneçam no plano da comunicação mediada, um número crescente de pessoas admite que muitas delas passaram a ocorrer também presencialmente (30,6% no Rio de Janeiro em 2006), e que dentre as cinco pessoas mais íntimas está alguém que se conheceu na rede (10,6% no Rio de Janeiro em 2006).² (NOMADS.USP e-Pesquisas).

Esse uso do computador e da rede parecem reforçar o caráter individualizado do dormitório, acentuando a atomização do cotidiano dos membros do grupo. Embora sem base estatística, já não são tão raros os relatos de pessoas de um mesmo grupo doméstico que preferem comunicar-se entre si via rede, ainda que encontrem-se todos na mesma casa.

A priorização de projetos individuais em detrimento de preocupações de escala coletiva e a exposição pública da vida privada via rede têm uma enorme e crescente aceitação social. Tal tendência é, sem dúvida, auxiliada pela popularização das câmeras digitais e dos telefones celulares com câmera integrada (ambos inexistentes em 1997), que permitem captar grande quantidade de imagens fixas e dinâmicas, selecionadas posteriormente. Essas imagens não veiculam apenas aspectos da vida particular das pessoas, mas principalmente o olhar delas próprias sobre seu universo. Além disso, muitas dessas imagens são captadas dentro do espaço doméstico, não raro nos dormitórios, a portas fechadas, divulgando publicamente muito de sua organização física e de seu uso.

Sites de enorme sucesso foram criados especialmente para essa divulgação via rede, como *Flickr-r*, *YouTube*, *MySpace*, *Orkut*, *fotologs*, etc.. Em todos eles, a exposição pública e voluntária de intimidades individuais alimenta reflexões sobre a alteração de padrões comportamentais clássicos: como afirma Paul Virilio, "na era dos elétrons, isolar-se significa, inversamente, conectar-se ao mundo" (VIRILIO, 1990). Parafrazeando Virilio, notaremos que, na era dos elétrons, o quarto de dormir, que sempre foi o reduto último de isolamento em relação ao mundo exterior, pode estar, inversamente, tornando-se sua ante-sala.

O acesso à internet também alterou as maneiras de trabalhar, possibilitando em um primeiro momento a realização de atividades de trabalho em casa, via rede, e num segundo momento a pulverização dessas atividades no território urbano,

² Os dados para São Paulo são, respectivamente, 32% e 14,1%.

através de dispositivos móveis de comunicação à distância. Em 1997, o trabalho em casa mediado por redes telemáticas era uma novidade no Brasil. Apesar de parecer cada vez mais difundido nas camadas mais ricas e mais cultas da população, ainda não há números oficiais sobre a parcela de tele-trabalhadores no Brasil, assim como não havia em 1997.

No entanto, sua principal alteração não é numérica, mas qualitativa: diferentemente de 1997, o tele-trabalhador de 2007 não é, necessariamente, um *homeworker*, trabalhando em casa. O barateamento de equipamentos como *notebooks*, a comercialização de *palm-tops*, a ampliação do acesso à telefonia celular, o crescente oferecimento de conexão *wireless* à internet em lugares de acesso público são alguns dos desenvolvimentos que têm estimulado atividades de trabalho à distância. Se em 1997, a desvinculação entre o trabalho e a empresa constituía a grande mudança em curso, hoje o filão é a mobilidade conferida ao tele-trabalhador, que lhe permite trabalhar em vários lugares, e não apenas em casa: seu escritório é onde você está.

Muitas são as conseqüências disso, inclusive para o uso dos espaços domésticos. Em termos funcionais, o tele-trabalho acaba sendo reduzido ao desenho de pequenos escritórios em casa, cuja formulação corresponde ainda a um momento pretérito dessa evolução. Mais importante, no entanto, que a organização do espaço físico é a sua compreensão pelo usuário: quais seriam os limites entre as esferas privada e pública para uma pessoa que trabalha em casa o dia todo via rede, e que sai de casa para tomar refeições? Essa inversão de padrões de comportamento seculares põe em questão as noções clássicas de público e privado.

4.2 Televisão

Numericamente, a televisão está hoje muito mais presente nas habitações brasileiras do que há dez anos. Dados do IBGE (PNADs) indicam sua presença em 69% dos domicílios nacionais, em 1997, contra 93% dos domicílios, em 2006. Basta lembrar que muitos lares, em todas as classes sociais, já contam com mais de um televisor, e que o próprio número de domicílios também conheceu um aumento importante em valores absolutos no período, para se ter noção da expressividade desses dados. O avanço dos chamados canais pagos acompanhou esse processo, chegando a um número cada vez maior de localidades e domicílios, em todas as regiões do país.

No entanto, para além do incremento quantitativo, notaremos algumas mudanças de programação cujo impacto nos comportamentos não parece menor. Elas iniciam-se nos canais pagos, que têm também servido de modelo às chamadas emissoras de sinal aberto, captadas pela maioria da população. Trata-se da proliferação de

uma infinidade de programas exaltando questões e aspectos individualizados do cotidiano, em detrimento de preocupações de cunho social. Programas sobre a reforma de interiores domésticos, sobre beleza física e estética corporal, sobre moda e maneiras de vestir-se, sobre nutrição e culinária sofisticada colocadas ao alcance de todos, reproduzem com a linguagem televisiva o papel das revistas femininas tão populares a partir de meados do século XX, que buscavam conferir seriedade e profissionalismo às atividades das donas de casa. Hoje, os programas têm como público-alvo toda a família, todas as faixas etárias, entendidas evidentemente como consumidores em potencial, veiculando uma mensagem clara de valorização da ascensão do indivíduo em detrimento do grupo, de premiação de conquistas pessoais em relação a esforços coletivos, de estímulo a projetos pessoais, muitos envolvendo instâncias competitivas.

4.3 Telefonia

Em 1995, apenas 26,8% dos domicílios brasileiros tinham telefone fixo. Já em 2005, esse equipamento estava presente em 55,2% dos domicílios (PNAD). Apesar desse espetacular aumento de mais de 100% em dez anos, o número de linhas fixas foi ultrapassado pelo de linhas celulares, em 2004. De fato, em 1997, o número de telefones celulares existentes no Brasil era de 4.550.175, enquanto o de linhas fixas era de 17 milhões (ANATEL). Em 2005, o Brasil já contava com 82.351.644 de linhas móveis e apenas 42.096.061 de linhas fixas. Em janeiro de 2007, o número de linhas móveis chegou a 100.717.141 linhas (ANATEL), ultrapassando a marca de uma linha para cada dois habitantes. O Rio de Janeiro apresenta, hoje, a terceira maior densidade de linhas móveis: 67,29 linhas por 100 habitantes, atrás apenas do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal.³

A expansão da telefonia celular contribuiu para grandes alterações nos usos do espaço doméstico, por fomentar o alargamento de suas fronteiras. Faz-se hoje na rua muito do que se fazia, há alguns anos, apenas dentro de casa. Parece haver um entendimento de que o uso do telefone celular em espaços públicos automaticamente garantiria o caráter privado da comunicação, mesmo que ela se faça em alto e bom som. Por um lado, assuntos íntimos são tratados em voz alta em público, e há pouco tempo jamais o seriam. Por outro, um número crescente de pessoas já admite comunicar-se regularmente e em prioridade via celular com parentes próximos e pessoas com quem compartilha a habitação (NOMADS.USP e-pesquisas). Torpedos em lugar de bilhetes deixados na geladeira: nunca, na história da habitação e dos modos de morar, a comunicação entre próximos esteve tão desvinculada do espaço físico.

³ A densidade no estado de São Paulo é de 58,76 por 100 habitantes.

A convergência entre os celulares e as câmeras fotográficas permite o registro de situações do cotidiano em imagens, transformando pouco a pouco os limites da memória e as maneiras como nos lembramos ou como preferimos esquecer de fatos ocorridos. Mais que isso, a serviço de uma tendência de individualização mais ampla, percebida há décadas, e associada ao uso da internet, ela permite captar e expor publicamente na rede imagens de seu dono, muito freqüentemente tomadas no interior doméstico.

Desde sua entrada no espaço doméstico, em fins do século XIX, até há alguns anos, o telefone sempre equipou espaços físicos. Inicialmente o vestíbulo de entrada, atestando aos visitantes o *status* social do dono da casa, em seguida gabinetes localizados ao lado da entrada, chegando depois à sala de visitas, à sala de refeições da família, e então disseminando-se em extensões por toda a casa. Alterando a dinâmica de comunicações intra-grupo, o telefone celular equipa indivíduos e não mais espaços físicos. Ele permite que a comunicação entre cada membro do grupo e o exterior se faça praticamente sem controle do grupo, às vezes sem nem mesmo seu conhecimento. Ainda não mensurado mas perceptível, o hábito de muitos pais de presentear seus filhos ainda crianças com celulares, visando controlá-los à distância, não estará sendo certamente sem conseqüências para a própria sociabilidade familiar.

5 Referências

ANATEL. **Estatísticas de celulares no Brasil por estado** (Unidade da Federação). Associação Nacional de Telecomunicações. Disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/smp/administracao/consulta/acompanhamento_estacoes/telaanual.asp

CGI. **2ª Pesquisa sobre Uso da Tecnologia da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC DOMICÍLIOS E USUÁRIOS 2006**. Brasília: Comitê Gestor da Internet, 2006. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2006/index.htm>

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de Indicadores**. IBGE, Departamento de Empregos e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, 2006.

IBOPE/NetRatings. Pesquisas Internet. Grupo IBOPE. Disponível em: www.ibope.com.br

NOMADS.USP. **e-Pesquisas Comportamentos&Espaços de Morar**. Relatórios parciais. São Carlos: Nomads.usp, 2001, 2003, 2007.

TRAMONTANO, M. **Paris, São Paulo, Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 1998.

TRAMONTANO, M. **Rodízios que não giram.** In: revista Abimóvel. n. 35. Curitiba: Móvil, dezembro 2004. p. 4.

TRAMONTANO, M. **SQCB: apartamentos e vida privada na cidade de São Paulo.** Tese (Livre-Docência em Arquitetura). São Carlos: EESC-USP, 2004.

VIRILIO, P. **L'inertie polaire.** Paris: Ch. Bourgois, 1990.



III PERFIL DEMOGRÁFICO

1 Evolução do perfil dos moradores

Uma vez que a transformação no espaço doméstico está intimamente relacionada a transformações nos modos de vida, é preciso entender as profundas mudanças por que vêm passando os grupos domésticos brasileiros, resultando em novos arranjos familiares e na redução do número de seus membros. Muitos dos processos aqui descritos e mencionados vêm se desenvolvendo ao longo de décadas, alguns desde o início do século XX, mas todos conheceram uma acentuação nesses últimos dez anos.

A partir dos anos 1960, começa a diminuir a porcentagem de famílias nucleares no total dos arranjos familiares brasileiros, ao mesmo tempo em que surgem novos grupos familiares: famílias monoparentais, casais sem filhos, pessoas vivendo sós, por exemplo. A própria família nuclear passa por um processo de renovação com um enfraquecimento da autoridade dos pais em benefício de uma maior autonomia de cada um de seus membros.

Alguns indicadores demográficos apontam a redução do tamanho da família, entre eles a taxa de fecundidade, que vem gradativamente diminuindo desde os anos 1960, e o crescente número de famílias chefiadas por mulheres, em todas as classes sociais. Entre as principais razões para a redução do número de filhos está a disseminação dos métodos contraceptivos, reforçada em meados dos anos 1960 com o advento da pílula anticoncepcional. Além disso, "a escolarização cada vez mais extensa requisitada socialmente na preparação dos filhos, a integração da mulher na divisão social do trabalho, a dissolução da família como unidade de produção, a crescente probabilidade da separação dos casais e as condições precárias de habitação nas grandes cidades desestimulam, sem dúvida, a geração de grande número de filhos" (TRAMONTANO, 1998)

Diminuições dos valores da taxa de mortalidade infantil refletem avanços tecnológicos, sobretudo na área das Ciências Médicas, e o maior alcance de benfeitorias do saneamento básico a domicílios situados em todas as regiões do país.

A baixa taxa de fecundidade e de natalidade associadas ao aumento da esperança de vida levam ao chamado envelhecimento da população. Nas últimas décadas, o Brasil vem deixando de ser caracterizado como um país de população extremamente jovem para se unir ao grupo de países que experimenta um rápido processo de envelhecimento populacional. Combinado com melhores condições de saúde e a difusão de práticas culturais e esportivas na terceira idade, esses desenvolvimentos explicam o rápido aumento do grupo das famílias unipessoais entre idosos.

2 Alguns indicadores

A seguir são apresentados alguns dos principais indicadores que explicam as transformações por que vem passando a família brasileira. Os números analisados foram produzidos majoritariamente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir de dados censitários e das PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sendo ampliados periodicamente através de análises e projeções. Outras fontes citadas no texto estão referenciadas em ítem específico.

2.1 Taxa de fecundidade

Considerando-se o conjunto da população brasileira, a taxa de fecundidade, que mede o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil, sempre apresentou variações regionais. Na década de 1960, a média nacional era de 5,8 filhos por mulher, caindo para 4,3 no período entre 1975 e 1980. Essa taxa continua caindo: em 1995, chegava a 2,5 filhos por mulher, e dez anos depois a média nacional estimada limitava-se a 2,1 nascimentos por mulher.

No entanto, as diferenças regionais permanecem: em 2005, a taxa para a Região Norte é de 2,5 filhos por mulher contra 1,9 para a Região Sudeste. Rio de Janeiro e São Paulo também apresentam diferenças, mesmo que pequenas: no mesmo ano, a taxa de fecundidade entre as cariocas é de 1,9, enquanto que entre as paulistas é de 1,8 filhos por mulher.

Acredita-se que o fortalecimento da dissociação entre sexualidade e procriação, favorecido pela disseminação dos métodos contraceptivos e pelo aumento do número de abortos – embora ainda muito difícil de ser calculado –, além de novas posturas com relação à maternidade, tem contribuído para a tendência de redução das taxas de fecundidade no país.

2.2 Taxa de natalidade e de mortalidade infantil

As estruturas etárias regionais retratam os efeitos diferenciados da evolução da fecundidade, da natalidade e da mortalidade pelas regiões e estados brasileiros. A taxa bruta de natalidade, que mede o número de nascidos vivos por mil habitantes

em determinado ano, diminuiu no Brasil entre 1995 e 2005, passando de 21,9‰ para 20,4‰. Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 2005, a taxa de natalidade é de 15,7‰ nascimentos. Apesar de ainda altos em relação a países mais industrializados, esses valores têm apresentado uma tendência inequívoca de queda ao longo das últimas décadas.

Em 1980, morriam, durante o primeiro ano de vida, no Brasil, 81,53 de cada mil meninos nascidos vivos, caindo para 58,85‰ em 1985 (Taschner, 1997, apud Tramontano, 1998). A taxa brasileira de mortalidade infantil continuou caindo, chegando em 1997 ao valor de 36,7‰, com diferenças significantes entre as grandes regiões do Brasil: a região sudeste apresentava uma taxa de 25,23‰, bem inferior à média nacional. Em 2005, a taxa de mortalidade infantil brasileira foi de 25,8‰. A taxa apresentada pelo estado do Rio de Janeiro foi de 20,9‰, enquanto a do estado de São Paulo foi ainda menor, de apenas 16,5‰.

2.3 Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida dos brasileiros ao nascer também aumentou significativamente nesses últimos dez anos. Em 1995, a população brasileira tinha, em média, a expectativa de viver 68,5 anos, sendo a taxa masculina significativamente menor que a feminina, nos valores respectivos de 64,8 anos e 72,3 anos. Em 2005, esses números aumentam para 71,9 anos para o conjunto da população brasileira, sendo 68,1 anos para os homens e 75,8 anos para as mulheres.

Em 1995, a esperança de vida no estado Rio de Janeiro era de 68,8 anos, passando a 72,4 anos em 2005. Para o estado de São Paulo, esses números são 70,7 anos em 1995 e 73,7 anos em 2005.

2.4 Envelhecimento da população

O IBGE considera idosa a parcela da população composta por pessoas de 60 anos ou mais. Segundo a PNAD 2005, esse grupo aumentou, no Brasil, em mais de 5 milhões de pessoas no período de 1995 a 2005.

Em 1995, 8,3% do total da população nacional estavam acima dos 60 anos. Considerando o conjunto das regiões, encontraremos diferenças significantes: em 1995, a região Norte apresentava o menor valor relativo, com apenas 5,4% da população acima dos 60 anos enquanto a região Sudeste apresentava o maior índice, de 9,1%. Já em 2005, o grupo com mais de 60 anos representava 9,9% da população brasileira.

Um exame mais atento revela que, em 1995, 2,6% da população brasileira tinha entre 60 e 64 anos e apenas 0,9% encontrava-se com 80 anos ou mais. Esses valores aumentam e, em 2005, o grupo de pessoas entre 60 a 64 anos passou a

corresponder a 3% da população brasileira, e o grupo com 80 anos ou mais passou a representar 1,3% do total da população.

No estado do Rio de Janeiro, em 1995, 10,8% da população tinha mais de 60 anos de idade, sendo que 3,5% da população tinham entre 60 e 64 anos; 3% tinham entre 65 e 69 anos; 1,8% entre 70 e 74 anos; 1,2% entre 74 e 79 anos e 1,2% acima de 80 anos. Em 2005, esses números passam para 13,5% (população acima dos 60 anos), sendo que 4% da população tinha entre 60 e 64 anos; 3,3% tinha entre 65 e 69 anos; 2,7% entre 70 e 74 anos; 1,9% entre 74 e 79 anos e 1,7% acima de 80 anos.

Observa-se também uma diferença por gênero entre as taxas de mortalidade, mais evidente entre os idosos. Este fato é evidenciado pelo maior número de mulheres na composição da população, mas também pelo fato de os homens morrerem, em geral, mais cedo. Em 2005, no total da população do País, a parcela feminina superava a masculina em 5,2%, enquanto no grupo de pessoas de 60 anos ou mais esse percentual atingia 28,0%. Estes fatos vão impactar os arranjos familiares, ampliando a parcela dos domicílios nacionais com um único morador (9,5% para 10,9%, de 2001 para 2005).

2.5 Redução do número de membros por arranjo familiar

A família brasileira, que se compunha por, em média, cinco pessoas, em 1960, foi se reduzindo até atingir 4,34 pessoas em 1981, 4,2 em 1987, e 3,87 pessoas em 1990. Em 1995, o número médio de membros por família era de 3,6 e continuou a cair, chegando a 3,2 membros em 2005. A Região Norte apresentava, em 1995, o maior número de membros por família, com 4,1 pessoas. Na mesma data, as regiões Sul e Sudeste apresentavam os menores valores com 3,4 membros por grupo familiar. Em 2005, esses números diminuem ainda mais, passando para 3,1 na região Sudeste e 3,0 na Região Sul. Para o estado de São Paulo, o número de membros passa de 3,4 em 1995 para 3,1 em 2005. O estado do Rio de Janeiro apresenta 3,2 membros por família em 1995, e passa para 2,9 em 2005.

É importante lembrar que o número de membros por família varia de acordo com a renda familiar. No estado do Rio de Janeiro, em 1995, o número de componentes era de 4,3 membros para famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mas de 2,5 membros com renda acima de 5 salários. Para 2005, a variação é pequena: 4,2 membros para famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 2,2 membros com renda acima de 5 salários mínimos.

3 Grupos domésticos

Para o presente estudo, foram escolhidos alguns dos novos arranjos familiares para análise, a saber: pessoas vivendo sós, que corresponde ao perfil unipessoal proposto pelo IBGE; famílias monoparentais, ou seja, aquelas que não contam com a presença de um dos cônjuges; casais sem filhos e famílias nucleares, composta pelo casal e um ou mais filhos.

3.1 Pessoas vivendo sós

O aumento do número de divórcios, o retardamento da idade do primeiro casamento, o fortalecimento da opção pelo celibato, a emancipação da mulher e o aumento do número de viúvos da Terceira Idade causaram, nas últimas décadas, o aumento crescente do número de pessoas vivendo sós (Tramontano, 1998).

Segundo o IBGE, as unidades unipessoais apresentaram um crescimento contínuo e sistemático nos últimos dez anos, atingindo quase seis milhões em 2005. Em 1995, 8,1% da população brasileira viviam sós. Em 2005, esse número passa para 10,4%. Em 1995, 7,6% da população da região Nordeste viviam sós, contra 8,6% da população da região Sudeste. Em 2005, esses números passam para 8,5% e 11,5%, respectivamente.

O estado com maior porcentagem da população vivendo só, em 1995, era o Rio de Janeiro, contando com 10,6 % da população. Em 2005, o estado mantém essa liderança, com um valor de 13,6%. No extremo oposto, o Amapá é o estado que apresenta a menor porcentagem de população vivendo só em ambas as medições: em 1995, eram 2,8% do total de sua população, e em 2005, 5,4%.

Apesar da porcentagem de pessoas que vivem sós na faixa etária entre 20 e 29 anos ter se mantido praticamente estável desde 1995, passando de 12,5% para 12,2% em 2005, a porcentagem da faixa etária entre 40 a 49 anos aumentou, passando de 12,8% em 1995 para 15,6% dos domicílios unipessoais em 2005. Esses números refletem o aumento das taxas de nupcialidade desde 2001. Como está se casando mais, a porcentagem de pessoas que vivem sozinhas entre 20 e 29 anos tenderia a diminuir. Além disso, pode ser um reflexo da tendência de os filhos adultos demorarem mais a deixar a casa dos pais, por razões econômicas ou devido à formação prolongada. Já o aumento da porcentagem de pessoas de 40 a 49 anos que vivem sós está relacionado com o aumento do número de divórcio, que costumam ocorrer principalmente nessa faixa etária.

Ainda assim, o grande número de pessoas vivendo sós, no Brasil, está relacionado com a faixa etária acima de 60 anos, provavelmente viúvos que não voltam a buscar uma relação estável. A maioria das pessoas que vivem sozinhas e tem

acima de 60 anos são mulheres. Os dados sugerem que os homens viúvos recasam-se mais do que as mulheres, e estas, por sua vez, têm uma expectativa de vida maior. Apesar da porcentagem de pessoas acima dos 60 anos que vivem sós ter diminuído entre 1995 a 2005, passando de 43,2% para 40,6%, essa faixa etária continua a ser maioria.

Para o estado do Rio de Janeiro, os dados confirmam as suposições mencionadas acima. Nesse estado, as pessoas vivendo sós estão distribuídas na seguinte proporção. Até 19 anos: 0,8% (1995) e 0,2% (2005); entre os 20 a 29 anos: 8,5% (1995) e 7,4% (2005); entre 30 a 39 anos: 13,6% (1995) e 9,6% (2005); entre 40 e 49 anos: 13,8% (1995) e 15% (2005); entre 50 e 59 anos: 17,7% (1995) e 19,3% (2005); acima de 60 anos: 45,6% (1995) e 48,3% (2005).

3.2 Famílias monoparentais.

Famílias monoparentais são aquelas que contam com a presença de apenas um dos cônjuges, que é em geral a mãe. Nos últimos dez anos, o número de famílias monoparentais com referência feminina cresce significativamente. Além do aumento do número de famílias monoparentais, os dados do IBGE para os anos de 1995 e 2005 confirmam a tendência de enfraquecimento da chefia masculina, como resultado da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tradicionalmente percebida nas classes mais pobres da população, essa composição tem ampliado sua presença nos estratos mais cultos e ricos da sociedade.

Em 1995, 79,8% das famílias brasileiras tinham o homem como pessoa de referência, número que cai para 71,7% em 2005. Também em 1995, 20,2% dos arranjos familiares tinham a mulher como pessoa de referência, passando para 28,3% em 2005. Dos 71,7% das famílias chefiadas pelo pai, em 2005, apenas 5,5% não contam com a presença da mãe. Já dos 28,3% que tem a mãe no papel de chefe da família, o pai não está presente em 81,5% delas.

Estes dados apresentam poucas diferenças entre as regiões brasileiras, no entanto, podemos apontar que é na região metropolitana de Salvador onde menos encontramos o pai como pessoa de referência da família, 58% dos casos, contra os 42% das famílias chefiadas pela mãe. Já o estado de Santa Catarina conta, em 79,2% das famílias, com o pai como pessoa de referência, contra 20,8% que contam com a mãe nesse papel.

Em 1995, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 24,4% das famílias eram chefiadas por mulheres, sendo que 96,2% sem a presença do pai. Em 2005, a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres na RMRJ aumenta para 31,8%,

das quais 80,7% sem cônjuge. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 1995 eram 20,6% de famílias chefiadas por mulheres das quais 95,7% sem o cônjuge. Em 2005, são 32,9% de famílias, e o pai está ausente em 76%.

3.3 Casal sem filhos.

Os casais sem filhos constituem, em geral, um arranjo familiar bastante urbano, freqüentemente com dupla ocupação profissional e, portanto, duplo rendimento. Isso os torna exigentes consumidores de itens culturais e de vestimenta, mas também de aspectos ligados ao espaço doméstico.

O número de casais sem filhos no Brasil tem aumentado nas últimas décadas. Em 1995, 11,3% dos arranjos familiares eram de casais sem filhos que não contavam com a presença de nenhum outro parente. Já em 2005, esse número sobe para 13,4%. Para a região Norte esses números passam de 8% em 1995 para 11,1% em 2005. Já na região Sul, passam de 14,2% em 1995 para 16,5% em 2005.

No estado do Rio de Janeiro, em 1995, 12,9% dos arranjos familiares eram de casais sem filhos e sem nenhum outro parente, passando para 15,5% em 2005. Para o estado de São Paulo, esses números são de 12,1% em 1995 e 13,9% em 2005.

3.4 Família nuclear.

A família nuclear é caracterizada pela presença do casal e um ou mais filhos, podendo ou não haver a presença de outros parentes.

A redistribuição da autoridade constitui uma das alterações desse grupo doméstico. Suas razões são as mais diversas, e vão desde o deslocamento da função de provedor para outro membro do grupo até a falta de consenso entre os membros sobre quem é realmente o chefe. O aumento do número de mães trabalhando fora de casa, contribuindo, às vezes, na mesma medida que o pai para o sustento da família, reforça esta imprecisão, pondo em cheque a própria estrutura da família nuclear, baseada na tradicional divisão do trabalho por gênero. (Tramontano, 1998)

Além disso, o próprio papel social da família nuclear conheceu alterações enormes durante a segunda metade do século XX, que não estão desvinculadas da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. A exigência de obediência cega à autoridade paterna foi gradualmente substituída pela expectativa de sucesso profissional, ampliando os investimentos da família na formação dos filhos e ao mesmo tempo desencorajando os pais a ter proles numerosas.

Apesar de ainda ser o arranjo familiar predominante, a participação das famílias nucleares no conjunto das famílias brasileiras está diminuindo há várias décadas.

Se, em 1995, no Brasil, 57,6% dos arranjos familiares se organizavam como famílias nucleares, em 2005, esse número cai para exatamente 50% dos casos.

Entre 1995 e 2005, a região Sul apresenta uma diminuição significativa no número de famílias nucleares, passando de 59,8% dos arranjos familiares da região para 50,8%. Esses números são ligeiramente menores no estado de São Paulo (58,1% dos arranjos familiares em 1995, 50,2% em 2005), mas mais acentuados se considerada apenas a Região Metropolitana de São Paulo (56,7% dos arranjos familiares em 1995, e 49,3% em 2005). O estado do Rio de Janeiro apresenta números ainda menores: 50,5% dos arranjos familiares em 1995, e 43,3% em 2005.

Para a região metropolitana do Rio de Janeiro, já em 1995, apenas 49,5% das famílias poderiam ser caracterizadas como famílias nucleares, e em 2005 esse valor passa para 42,4%. Isso significa que mais da metade das famílias cariocas não obedece mais a estrutura tradicional da família nuclear há pelo menos dez anos. Significa também que os outros 51,5% em 1995, e os 58,6% em 2005 não constituem um único arranjo, mas diversos perfís familiares, cada vez mais variados, incluindo casais homossexuais, pessoas coabitando sem vínculo de parentesco, entre outros.

4 Referências

4.1 Para a **taxa de fecundidade** foram usadas as seguintes referências:

Para 1960, 1975 e 1980: TRAMONTANO, M. **Paris, São Paulo, Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998.

Para os dados de 1995 foram utilizadas as informações disponíveis na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especificamente, Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980/2050 - Revisão 2004.

Para os demais dados: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004.

4.2 Os dados sobre a **taxa de natalidade** estão baseados na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, especificamente, Projeto IBGE/Fundo de População

das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980/2050 - Revisão 2004 e IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004.

4.3 Os dados sobre a **mortalidade infantil** do período entre 1980 a 1985 foram obtidos de: TRAMONTANO, M. **Paris, São Paulo, Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998.

Os dados de 1997 foram obtidos de IBGE num estudo sobre a mortalidade infantil, intitulado "Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil", publicado em 1999, Rio de Janeiro. Censo demográfico 1980 - 1991 - Rio de Janeiro: IBGE, 1983 - 1997. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992 - 1993 - 1995. Rio de Janeiro: IBGE; v.15- 17, 1997.

Os dados de 2005 foram obtidos na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE. Para obtenção de tais dados IBGE utilizou o Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980/2050 - Revisão 2004.

4.4 Os dados sobre **esperança de vida** foram obtidos dos seguintes documentos:

Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004.

Os dados sobre a esperança de vida, referente a população, por estado brasileiro, foram extraídos da Síntese de Indicadores Sociais - IBGE/DPE/Fundo da População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento - Sistematização das medidas e indicadores Sóciodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030 e PNAD 2005 - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980 / 2050 - Revisão 2004.

4.5 Os dados sobre a **redução do tamanho do grupo familiar** referente aos anos de 1960, 1981, 1987 e 1990 foram obtidos do trabalho de TRAMONTANO, M. **Paris, São Paulo, Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998.

4.6 Os **demais dados** foram obtidos das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) de 1995 e 2005, também disponíveis no endereço: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>

97_07 IV

IV ESPAÇOS DOMÉSTICOS

Este ítem trata da produção habitacional financiada pelo capital privado, realizada por construtores, incorporadores e empresas vendedoras de várias cidades brasileiras, com dados predominantemente para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em relação a três modalidades de habitação principais: edifícios de apartamentos, condomínios verticais (conjuntos fechados de edifícios de apartamentos) e condomínios horizontais (conjuntos fechados de casas) produzidas entre os anos de 1997 e 2006.

1 Pressupostos e definições

Define-se aqui um edifício de apartamentos como um prédio de múltiplos pisos com circulações verticais e alguns serviços em comum, contendo principalmente unidades habitacionais privativas. Os condomínios verticais constituem-se de vários edifícios de apartamentos construídos em glebas generosas, em geral afastados entre si e dos limites do terreno, enquanto em um condomínio horizontal as unidades residenciais são casas⁴.

Nos três casos, o produto comercializado são as unidades habitacionais produzidas pelo empreendedor, acrescidas de uma fração ideal de todas as áreas comuns. Também em todos os casos, os moradores fazem uso de áreas e equipamentos coletivos disponíveis, rateando as despesas de manutenção desses espaços e de serviços que neles possam ser oferecidos. Nessas três modalidades habitacionais, os usos são predominantemente residenciais.

As pesquisas do Nomads.usp⁵ sobre modalidades habitacionais concentram-se em conjuntos verticais ou horizontais de unidades habitacionais, de produção pública ou privada, concebidos e realizados para usuários-tipo. De acordo com os estudos do Núcleo, a evolução recente da moradia brasileira metropolitana em geral, e a paulistana em particular, apresentam duas recorrências principais. Por um lado, a

⁴ Não nos referimos aqui aos loteamentos fechados, erroneamente chamados de condomínios, onde cada morador encomenda sua casa ao projetista de sua escolha, segundo instruções particularizadas, e nos quais as vias são de propriedade pública apesar do controle de acessos idêntico ao dos condomínios fechados.

⁵ Núcleo de Estudos de Habitares Interativos, da Universidade de São Paulo, cujas pesquisas incluem a relação entre o desenho dos espaços domésticos e os modos de vida de seus usuários. Mais informações sobre o Núcleo e suas pesquisas podem ser obtidas no site: www.eesc.sc.usp.br/nomads

articulação de seus espaços continua a reproduzir o modelo da *Belle Époque* parisiense do século XIX, concebido no bojo da remodelação da cidade pelo Barão Georges Haussmann, visando os hábitos da burguesia ascendente da época e exportado para todo o mundo civilizado de então, com base na tripartição da unidade em zonas Social, Íntima e de Serviços. Por outro lado, a progressiva exigüidade de seus espaços, devida a fatores diversos como o aumento do preço do solo urbano e a diminuição de pessoal doméstico, o que, no entanto, não altera sua compartimentação funcional: a moradia convencional das grandes cidades brasileiras compartimenta-se em cômodos cada vez menores, que ainda obedecem a uma ordem datada de há cento e cinquenta anos.

2 Leituras preliminares

Tomando-se como referência cronológica os últimos dez anos, percebem-se nos atuais espaços de morar da classe média urbana brasileira algumas novidades, resultantes de tendências observadas já entre a metade e o fim da década de 1990, e que vieram a se confirmar.

Em relação ao desenho da unidade:

1. a proliferação das suítes em habitações de todos os segmentos;
2. o aumento médio das metragens das unidades de 1 e 3 dormitórios;
3. a diminuição média das metragens das unidades de 4 dormitórios;
4. o aumento das áreas das varandas em apartamentos mais caros, em muitos casos equipadas com churrasqueiras e pequenas bancadas de preparação de alimentos;
5. a grande oferta de configurações *loft* e duplex como unidades mais caras, destinadas a grupos familiares com renda mais elevada, apesar de seu custo de produção ser menor do que o das unidades compartimentadas;

Em relação às áreas comuns:

6. a crescente diversificação de equipamentos e serviços de uso comum nos três casos;
7. a introdução de cabeamento estruturado para suportar tecnologias de informação e comunicação;
8. um maior número de vagas nas garagens, com exceção dos condomínios horizontais;
9. lançamentos que aproximam moradia e trabalho, oferecendo escritórios no mesmo edifício ou dentro da esfera coletiva do condomínio vertical;

Em relação às estratégias de mercado:

10. o surgimento de apartamentos econômicos no segmento de quatro dormitórios;
11. um aumento significativo no número de lançamentos de condomínios horizontais;
12. o lançamento de conjuntos maiores e com maior número de unidades para comercialização.

De acordo com dados do IBGE, os apartamentos representavam 22% do total de habitações na RMSP em 2005, e 23,3% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.⁶ Esse tipo de moradia é, sem dúvida, o principal produto comercializado pelas empresas privadas produtoras de habitação nas principais cidades brasileiras. Nesses últimos dez anos, independentemente do número de dormitórios, os apartamentos mais econômicos mantiveram as exíguas metragens de suas áreas ou perderam ainda mais espaço, enquanto os apartamentos mais caros experimentaram a inclusão de novas suítes, mas com seus espaços arranjados também de forma mais compacta. Isso ocorreu sem que surgissem novidades no que diz respeito à organização de seus interiores. A tripartição da habitação em áreas Social, Íntima e de Serviços insiste em dominar os partidos arquitetônicos, mesmo quando se trata de projetos evidentemente destinados a formatos familiares distintos da família nuclear, cujos modos de vida diferem absolutamente daqueles da família burguesa forjada na *Belle Epoque* parisiense.

3 Apartamentos

Examinando o projeto de apartamentos atualmente oferecidos pelo mercado imobiliário, faremos a seguir algumas considerações.

3.1 1 dormitório

Basicamente, os moradores em potencial dessas unidades são pessoas recém-casadas, casais sem filhos, além de pessoas sóas em diferentes etapas de seu ciclo de vida: jovens solteiros estudantes ou iniciando a vida profissional, adultos divorciados, viúvos mais idosos – ou idosas, já que a expectativa de vida é maior entre as mulheres. (Nomads.usp e-pesquisas)

Observa-se, nesse segmento, um aumento significativo de área útil, considerando-se os valores médios das unidades oferecidas. Isso não significa exatamente que esses apartamentos estão maiores: na verdade, a maioria dos lançamentos

⁶ Para outras Regiões Metropolitanas, os números da participação dos apartamentos no total de domicílios são: Belo Horizonte 20,3%; Distrito Federal 24,7%; Porto Alegre 23,5%.

continua apresentando metragens na faixa dos 30 metros quadrados. A média das áreas é, no entanto, involuntariamente distorcida pela crescente oferta de unidades maiores. Oferecidos com um discurso que procura distanciá-los do antigo popular 'quarto-e-sala', muitos desses apartamentos agora são duplex, com área que costuma avizinhar-se dos 70 metros quadrados, podendo, contudo, ultrapassar o dobro disso. Em outros casos, as unidades são vendidas como *lofts*, com a eliminação de divisões internas, mas sem que isso implique, necessariamente, uma revisão da estrutura espacial. Os usos propostos nas plantas dessas unidades, embora não sejam compartimentadas, sugerem a mesma organização dos cômodos tradicionais, apenas sem as paredes. Em relação ao desenho dos espaços, os apartamentos e os edifícios desse segmento têm se tornado cada vez mais parecidos com os *flats* e *apart-hotéis*.

3.2 2 Dormitórios

Seus moradores atuais parecem ser, em geral, pessoas sós que trabalham em casa, jovens casais sem filhos, mães vivendo sós com filhos pequenos, ou casais com um ou dois filhos, no máximo (Nomads.usp e-pesquisas). A função original de pelo menos um dos dormitórios é, em geral, alterada transformando-o em espaço de trabalho ou de tv. Tanto nesse segmento quanto nos pequenos 3 dormitórios, o desenho da cozinha tem se reafirmado como uma parede equipada ligando a entrada do apartamento e a área de serviço, com uma faixa estreita de circulação para permitir o uso dos equipamentos. Mesmo nessa cozinha minúscula, muitas pessoas ainda tomam refeições, deixam lembretes em murais e na porta da geladeira, mantendo o tradicional papel desse cômodo de centro de processamento de informações do grupo doméstico.

Ao que parece, as metragens dos apartamentos de dois dormitórios oferecidos pelo mercado imobiliário têm se mantido estáveis ao longo desses dez anos – entre 50 e 60 m². As novidades recentes nesse segmento são a oferta crescente de apartamentos com duas suítes, a inclusão de um lavabo, e a oferta de unidades na configuração duplex, com mezanino. Elas significam, obviamente, apartamentos com cômodos menores em uma área total constante.

Apesar de não constituir-se uma tendência por seu número ainda pouco expressivo, em algumas unidades mais caras as duas suítes encontram-se afastadas, separadas pela sala, e não mais agrupadas em torno de um corredor de circulação. Tal arranjo espacial torna possível presumir uma maior independência entre os membros do grupo familiar. Em vários exemplares, é possível observar a eliminação da dependência de empregada, o que indicaria a substituição da empregada por diaristas ou mesmo a ausência de pessoal doméstico, confirmando

uma tendência de há décadas. Também é possível encontrar, embora ainda raros, quartos com divisórias móveis (propostas nas plantas) que indicam a preocupação em permitir alguma flexibilidade de uso, como nos *flats*. Essas divisórias são mais comuns entre a sala e um dos dormitórios.

3.3 3 Dormitórios

Embora entre 1980 e 2000 os apartamentos de três dormitórios tenham perdido em torno de 30% de sua área, em média, nos últimos seis anos apresentaram um incremento constante e surpreendente em suas áreas úteis, havendo, na média, um ganho de 15 metros quadrados na área total das unidades. Assim como no caso dos apartamentos de um dormitório, esse acréscimo pode ser atribuído a uma diversificação da oferta no segmento.

Por um lado, o mercado continua a produzir unidades mais econômicas, que apresentam metragens exíguas, entre 60 e 70 m² úteis, sendo que alguns exemplares chegam a ter apenas 50 m². Essas unidades menores assemelham-se em tudo às pequenas unidades de 2 dormitórios, em que teria sido incluído um terceiro dormitório, às vezes "reversível": ironicamente, ao comprar um pequeno apartamento de três dormitórios está-se, na realidade, comprando um de dois dormitórios só que mais compartimentado. Por outro lado, o mercado passou a oferecer unidades com metragens bastante ampliadas, até acima dos 200 m², com três suítes, varandas generosas, e também na configuração duplex, com mezaninos. Tais apartamentos teriam como público-alvo os mesmos compradores das menores unidades de 4 dormitórios, com metragem equivalente.

Raramente abrigam pessoas vivendo sós, mas o seu ocupante tradicional – as famílias nucleares – parece estar preferindo as unidades de 4 dormitórios, sejam apartamentos ou casas em condomínios fechados, agora mais acessíveis financeiramente. Tudo indica que nas unidades de 3 dormitórios têm passado a residir grupos menores que procuram apartamentos mais espaçosos, passíveis de readaptações através de pequenas reformas, visando acomodar atividades de trabalho em casa ou simplesmente a possibilidade de se viver em cômodos mais amplos.

3.4 4 Dormitórios

Nesses dez anos, houve uma diminuição média de aproximadamente 30 metros quadrados nas áreas úteis de apartamentos desse segmento. A explicação para tal redução pode estar na perda de *status* do quarto dormitório, que teria deixado de ser um 'artigo de luxo', e na conseqüente oferta de unidades menores e mais acessíveis a um público mais amplo. Se o número de dormitórios sempre foi

determinante para caracterizar os apartamentos mais caros, agora é o número de suítes que parece determinar o padrão do imóvel.

Assim, percebe-se o surgimento de uma nova categoria: a dos apartamentos de 4 dormitórios econômicos, que se popularizaram para atender grupos familiares de menor poder aquisitivo, mas que desejam o espaço extra oferecido pelo quarto adicional, ou o *status* tradicionalmente conferido pelo segmento. Porém, nesses novos 4-dormitórios compactos, não há um ganho real de área, já que suas salas e quartos costumam apresentar dimensões muito semelhantes às dos mesmos cômodos de apartamentos menores e mais baratos, de 2 e 3 dormitórios. Dessa forma, o quarto dormitório acaba funcionando como um estoque de espaço, o que faz lembrar do "terceiro reversível", tão comum nos apartamentos de dois dormitórios da década de 1980.

Um exemplo dessa "reserva de espaço" são os cada vez mais comuns apartamentos com duas suítes em metragens reduzidas. Nessas unidades, tanto quanto nas de 2 e de 3 dormitórios, um dos dormitórios – em geral, o mais próximo à sala – acaba convertido em escritório ou *home-theater*, ou tem uma de suas paredes suprimida de forma a ampliar o espaço da sala. Nesse último caso, costuma-se também alterar a posição da porta do banheiro social, configurando um 3-suítes – sendo, inclusive, comum essa apresentação nas peças publicitárias e nos apartamentos-modelo. De acordo com vendedores de grandes imobiliárias, nas unidades 4-dormitórios-2-suítes é comum que os membros do casal durmam separados, ocupando suítes contíguas, eventualmente inter-comunicantes. Também são mais comuns unidades compactas com 4 suítes.

Quanto aos banheiros que compõem as suítes, é interessante observar que suas dimensões são as mesmíssimas dos banheiros de apartamentos menores, inclusive dos pequenos de 1 e 2 dormitórios, seja qual for o patamar de comercialização. A exceção é a suíte principal, que pode contar inclusive com lavatórios separados e banheira de hidromassagem. É, em geral, a presença desse último equipamento que define as dimensões do cômodo. A propósito, os banheiros diminuíram sem parar nesses dez anos, curiosamente, ao mesmo tempo em que esse espaço foi sendo entendido como lugar de relaxamento e não apenas de higiene, segundo resultados das e-pesquisas Nomads.

3.5 5 e 6 Dormitórios

No segmento de altíssimo luxo, o mercado continua a produzir os grandes '6 suítes-6 salas-6 vagas na garagem', muitas vezes nem anunciados em jornais mas oferecidos de forma exclusiva a poucos compradores em potencial e com custo calculado em milhões de dólares. Nesses lançamentos, as principais novidades

costumam tratar da incorporação de sistemas cada vez mais sofisticados e caros de segurança, tanto dos edifícios como das unidades. Neles, é surpreendente a semelhança – muito mais nítida do que em outros segmentos – entre a disposição de seus cômodos e aquela do apartamento burguês da *Belle Epoque* francesa. As circulações de patrões e empregados são cuidadosamente planejadas para evitar sobreposições, tanto nas áreas comuns do edifício como dentro das unidades. O vestíbulo de entrada recebe prosaicamente o nome de galeria, traduzido do francês oitocentista *galerie*, bem como seu desenho: há inclusive exemplares com formas ovais em planta, grandes espelhos e diversas portas abrindo-se teatralmente para os espaços de recepção.

4 Condomínios verticais

De maneira geral, os novos conjuntos de prédios de apartamentos continuam a oferecer equipamentos de uso coletivo já experimentados pelo mercado e comuns em 1997, como salões de festas e de jogos, piscinas em versões para crianças e adultos, *play-grounds*, quadras de esporte, saunas e suas salas de repouso, e a infalível sala de musculação. Hoje, a lista de equipamentos e serviços parece interminável, confirmando a tendência de supervalorização da esfera coletiva dos imóveis, já em curso desde o início dos anos 1990. Muitos desses edifícios-com-ares-de-clubes agora incluem pistas de caminhada e piscinas maiores, às vezes semi-olímpicas, aquecidas, e equipadas com amplos *decks*. Uma confortável sala com *home theater*, outra destinada à leitura, *lan-houses* privadas em atenção aos moradores adolescentes, e quiosques para massagem em meio a jardins especialmente desenhados. *Garage-bands* para os jovens, espaços-*gourmet* para se receber convidados, fornos de *pizza* e churrasqueiras, às vezes na varanda de cada apartamento, salões de beleza, cafés, e até espaços específicos para animais de estimação. Alguns desses condomínios já oferecem escritórios com recursos informatizados para uso dos moradores que preferem sair de casa para trabalhar sem ter que pegar trânsito. Esta última é uma das poucas propostas que não visam incrementar o lazer, mas o trabalho.

É inegável o apelo comercial de tais serviços, mas tamanha oferta de equipamentos é explicada também pela necessidade de convencer os compradores a investir em condomínios com um número cada vez maior de unidades construídas e, portanto, com população mais numerosa. Além disso, tais equipamentos tentam paliar, de certa forma, a falta de espaço nas unidades, ao sugerir que determinadas atividades se realizem ou sejam transferidas para a esfera coletiva dos edifícios. Com o rateio dos custos por um número maior de unidades, ter tantos serviços

pode não custar tão caro, além de conferir *status* aos moradores e permitir a revenda do imóvel por valores mais altos.

Outra justificativa para esses serviços é a acentuação da sensação de medo por parte de parcelas crescentes da população. Mesmo independentemente da existência de perigos reais, essa sensação gera certas percepções de lugares da cidade que podem inclusive estimular sua degradação física e sua real ocupação por marginais. "Ao invés de ir para o trabalho deixando os filhos pequenos serem levados para uma pracinha da vizinhança pelas mãos de uma babá que é, no fundo, uma desconhecida, os pais mais ricos passaram a preferir que a pracinha viesse fazer parte dos domínios protegidos do edifício. Foi o que bastou para que tais empreendimentos se dotassem não só de espaços para crianças, mas também de grades, muros, guaritas, câmeras, bloqueios e agentes de segurança, em uma espiral que não parou mais de subir." (Tramontano, 1998)

Boa parte desses atributos, tradicionalmente relacionados a empreendimentos mais caros, vêm estendendo-se às populações de menor renda. Mesmo com piscinas e *play-grounds* talvez um pouco menores, a maioria dos condomínios verticais de 2006 oferece pelo menos alguns desses serviços, o que lhes serve de passaporte para a comercialização em patamares mais vantajosos.

5 Condomínios horizontais

A possibilidade de morar em casas tem atraído cada vez mais pessoas, possivelmente seduzidos pela possibilidade de voltar a viver em contato com a rua e com a natureza, e supostamente com maior conforto e espaço. Essas são as idéias comumente associadas a esse tipo de moradia, amplamente exploradas em suas peças publicitárias, que enfatizam ainda a questão da segurança, a presença de equipamentos coletivos e o caráter supostamente exclusivo do conjunto. Na metrópole paulistana, desde sua implantação amparada pela Lei de Vilas, de 1994, os condomínios horizontais conheceram um aumento expressivo de sua participação no mercado. No período entre os anos de 1997 e 2004, o salto foi de 6% para 35% no total de lançamentos residenciais na RMSP (D'OTTAVIANO, 2006).

É importante notar que, no decorrer do período, o principal produto oferecido foram empreendimentos cujas unidades têm áreas até 150 m², e que não apresentam, portanto, vantagens de área quando comparadas a apartamentos nessa mesma faixa. As condições de espaço e conforto prometidas em suas campanhas de venda não são, em geral, aquelas que as casas oferecem. De fato, pesquisas do Nomads.usp apontam a distância que existe entre a publicidade e a realidade de muitos desses conjuntos, cujas áreas comuns costumam ser quase totalmente pavimentadas, resumindo o contato com a natureza a pequenos gramados à frente

de pequenas casas geminadas de dois pavimentos (a largura média dos lotes gira em torno de 4 metros). O que se produz, muitas vezes, é uma concentração de pessoas em áreas finalmente exíguas, o que se distancia da idéia de privacidade, isolamento e calma proposta pelos vendedores.

6 Considerações finais

As plantas dos apartamentos e casas de condomínios atuais representam espaços dos quais a arquitetura está ausente, e, no entanto, recebem a assinatura de profissionais arquitetos. Dirigem-se a uma população cuja maneira de viver ultrapassou os limites de uma concepção congelada no tempo, defendida com os argumentos nem sempre pertinentes da acessibilidade financeira.

A variedade de tipos de unidades em um mesmo edifício foi deixada de lado nos anos 1960 em função de procedimentos de produção em série que passaram a considerar a habitação como uma mercadoria, antes de mais nada. Muitos prédios de apartamentos de até então constituíam verdadeiras unidades de vizinhança abertas e variadas, com moradores de diferentes perfís familiares pertencentes a diversas faixas de renda, o que estimulava a tolerância e a solidariedade. Nas décadas mais recentes, os edifícios e, ainda mais, os condomínios foram se transformando em fortalezas vigiadas, cujos moradores identificam-se com seus vizinhos por seus rendimentos, reforçando sentimentos do tipo 'nós' e 'eles' em relação ao restante da sociedade, que evocam a dualidade conservadora entre o fora-sujo-perigoso e o dentro-limpo-seguro. (Tramontano, 1998)

As grandes novidades que o mercado imobiliário propõe hoje aos seus clientes mais ricos resumem-se em um habitar travestido de evento glamuroso que, na realidade, nunca se efetiva. Quiosques de massagens, jardins temáticos, ou a assinatura de algum grande nome da moda nos uniformes dos empregados do prédio, e às vezes no próprio projeto do prédio, não tocam na questão central das atividades cotidianas, íntimas, ligadas ao desenho e à organização do espaço privativo da unidade habitacional, nem na relação entre as pessoas que aí residem.

Aos moradores de unidades menores e mais baratas muito menos é oferecido. A grande maioria deles deveria ser beneficiada por programas públicos de habitação, não fosse a compreensível e lamentável escassez de recursos dos programas existentes frente ao enorme número de pessoas a serem atendidas. À mercê de todo tipo de especulação, resta a essa parcela nem pobre nem rica da população a resignação de ir morar em espaços minúsculos, situados em entornos distantes e pouco acolhedores, pagando preços em geral altos demais pelo produto inadequado que se lhes oferece. (Tramontano, 2004)

7 Referências

EMBRAESP. **Lançamentos entre 1997 e 2006 - RMSP**. Base de dados em planilha eletrônica, suporte digital. São Paulo: Embraesp, 2006.

D'OTTAVIANO, M. C. L. . **Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?**. In: Anais. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Desafios e oportunidades do crescimento zero 2006, Caxambú. Rio de Janeiro : Abep, 2006. p. 1-114.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de Indicadores**. IBGE, Departamento de Empregos e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, 2006.

NOMADS.USP. **e-Pesquisas Comportamentos&Espaços de Morar**. Relatórios parciais. São Carlos: Nomads.usp, 2001, 2003, 2007.

SANTOS, D. M. **Atrás dos muros: unidades habitacionais em condomínios residenciais fechados**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2002.

TRAMONTANO, M. **Apartamentos em São Paulo: brevíssimo exame de uma história controversa**. In: Revista AU. Arquitetura e Urbanismo. V. abril, p. 68-71. São Paulo: Pini, 2006.

TRAMONTANO, M. . **Apartamentos, arquitetura e mercado: estado das coisas**. In: Oficina Verticalização das cidades brasileiras. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

TRAMONTANO, M. . **Paris, São Paulo, Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1998.

TRAMONTANO, M.; SANTOS, D. M. . **Condomínios fechados: um olhar arquitetônico**. Revista AAI, Porto Alegre, v. 1, 2001. Disponível em: http://www.eesc.usp.br/nomads/livraria/livraria_artigos_online02.htm



V CRÉDITOS

Estrutura e coordenação	Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano
II Modos de morar	Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano
III Perfil demográfico	Iris da Silva Profa. Dra. Varlete Benevente
IV Desenhos dos espaços	Arq. Fábio de Abreu Queiroz Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano
Apoio logístico	Adm. Marta Tessarin
Apoio institucional	Universidade de São Paulo Universidade de Uberaba